

Comunidade MEMÓRIA e a Solidade

Lutas acadêmicas e resistências intelectuais: trajetória do jornalismo e da comunicação nas universidades latino-americanas*

*JOSÉ MARQUES DE MELO***

Ao refletir sobre os dilemas enfrentados pela comunidade Acadêmica das ciências da comunicação na América Latina, durante o século XX, reconstituímos aqui o itinerário histórico do campo comunicacional, identificando os obstáculos a serem removidos no sentido de garantir a sintonia entre as metas da universidade e as demandas da sociedade.

2004. Celebramos os setenta anos de fundação dos estudos comunicacionais na América Latina na ante-véspera da “so-

* Conferência proferida no dia 12 de outubro de 2004, na solenidade de abertura do mega-congresso destinado a celebrar os setenta anos de fundação da mais antiga escola de jornalismo da América Latina, hoje denominada Faculdade de Jornalismo e Comunicação, da Universidade Nacional de La Plata (Argentina).

** Professor emérito da Universidade de São Paulo, diretor-titular da Cátedra Unesco de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo e presidente da Rede Alfredo de Carvalho para o Resgate da Memória da Imprensa e a Construção da História da Mídia no Brasil. Fundador da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (1977), presidiu a Alaic - Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (1989-1992), a Lusocom - Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (1998-2000) e a Assibercom - Asociación Iberoamericana de Comunicación (2000-2004).

1. Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación. Entidade fundada em Caracas (1978), tem sede, desde 2005, na cidade de La Paz (Bolívia). Home page em vigor: www.eca.usp.br/alaic.
2. Asociación Iberoamericana de Comunicación. Entidade fundada em Santiago do Chile (2000) tem sede na cidade do Porto (Portugal). Home page: www.imultimedia.pt/ibercom.
3. Red de Carreras de Comunicación. Entidade que reúne duas centenas de instituições universitárias argentinas que oferecem cursos superiores de comunicação. Está sediada no campus da Universidade de La Plata, Argentina. Home page: www.perio.unlp.edu.ar/redcom.

cidade do conhecimento”. Por isso mesmo, três instituições acadêmicas – Alaic¹, Assibercom² e Redcom³ – nos desafiaram a fazer um balanço crítico das metas que alcançamos, como comunidade acadêmica, durante o século XX.

1934. Estávamos em pleno limiar daquilo que veio a ser conhecido como “sociedade midiática”, quando a Universidade Nacional de La Plata deu o primeiro passo, instituindo uma carreira para formar profissionais destinados à imprensa. Consciente de que chegara o momento de a academia assumir a responsabilidade de formar profissionais competentes para a indústria das notícias, a instituição acolheu legítima demanda educacional das lideranças sindicais do jornalismo argentino.

Conjuntura histórica

Quais os traços definidores da conjuntura analisada?

O triunfo do cinema e o despertar do rádio ameaçavam usurpar a hegemonia que a imprensa desfrutara durante todo o século XIX. A crise do capitalismo e o acirramento da luta de classes demarcavam o apogeu do jornalismo no interior da comunicação de massas.

Surgiam evidentemente atividades conexas, destinadas a corresponder às funções comunicacionais perfiladas pelos novos segmentos da sociedade de massas que se foi construindo durante o século XX.

A *cinematografia* preenchia o imaginário da classe média, que passava a dispor de momentos de ócio, antes privilégio da burguesia, desejando produtos ficcionais menos cifrados que as obras literárias. Tanto aquelas disseminadas sob a forma de livros quanto as difundidas em capítulos nas revistas especializadas ou nos suplementos culturais dos jornais diários.

O *radialismo* se convertia em câmara de eco das manifestações típicas da cultura popular urbana, potencializando a difusão da música produzida pelas nossas camadas subalternas, como o tango argentino, o samba brasileiro, o bolero cubano ou a guarânia paraguaia.

A *publicidade* deixava de ser mero instrumento do varejo mercadológico, convertendo-se em alavanca do consumo artificial. Os anunciantes pretendiam abocanhar a poupança doméstica, seduzindo fatias do proletariado que se deixavam

iludir pela ascensão social através da posse de produtos industriais, duradouros ou descartáveis.

As *relações públicas* despontavam como artifício retórico capaz de persuadir os formadores de opinião pública no sentido de reter imagens positivas e conceitos abonadores, tanto de personalidades e companhias, quanto de governos ou instituições sociais.

Se o *jornalismo* permanecia caudatário das aspirações informativas das elites cultas, os novos segmentos da comunicação massiva voltavam-se para as classes emergentes.

Talvez por isso mesmo é que a atividade noticiosa, ramo secular da comunicação pública, cultivada ainda sob a égide dos padrões literários, tenha encontrado mais facilidade para ser admitida no olimpo acadêmico. As modernas profissões midiáticas, então em sua fase embrionária, somente encontrariam abrigo no espaço universitário durante a segunda metade do século passado, mesmo assim enfrentando resistências e preconceitos.

Marco referencial

Historicamente o campo acadêmico da comunicação data do início do século XX, nos Estados Unidos da América. No entanto, ele foi precedido por iniciativas ancoradas em território europeu, principalmente na Alemanha, França e Suíça, entre os séculos XVII e XIX.

Resgatar cronologicamente esses primórdios do ensino do jornalismo e da comunicação massiva constitui requisito indispensável à melhor compreensão dos impasses e desafios com que nos defrontamos contemporaneamente.

A legitimação do jornalismo como área do conhecimento pela comunidade acadêmica reflete evidentemente o processo de institucionalização social da profissão informativa.

Não obstante as primeiras manifestações noticiosas tenham precedido a imprensa, tese defendida por autores paradigmáticos como o brasileiro Carlos Rizzini (1968) ou o peruano Juan Gargurevich (1990), o jornalismo somente se imporia no cenário europeu do século XVII, quando começam a circular na Alemanha os primeiros jornais diários, conforme documenta a espanhola Ingrid Schulze (1994).

Esse fenômeno do jornalismo diário vai alterar substancialmente a fisionomia da sociedade. Fortalecendo o ideal

democrático que se nutre na emergente opinião pública, ele desemboca na encruzilhada francesa de 1789. No bojo dessa revolução burguesa, a doutrina da liberdade de imprensa adquire finalmente legitimidade política.

Foi o impacto do jornal diário no cenário europeu que motivou a primeira incursão universitária no terreno jornalístico, convertendo-o em objeto de reflexão intelectual. A primazia dessa inovação cognitiva coube institucionalmente à Universidade de Leipzig e pessoalmente a Tobias Peucer. Ambos estimularam uma série de estudos que, procurando desvendar o tecido social da imprensa, realçaram o protagonismo dos desbravadores e dos artífices das cadeias noticiosas (Marques de Melo, 2003a).

Entretanto, as expressões jornalísticas pioneiras ficaram estancadas pelo inevitável elitismo do seu conteúdo. Não é sem razão que Tobias Peucer (1690), o precursor dos estudos jornalísticos, enfatiza em sua tese doutoral o “o prazer encontrado na leitura dos periódicos pelos eruditos”, ou seja, “aqueles que gozam do conhecimento da geografia, da genealogia e dos afazeres cívicos”.

Produzir notícias para um estamento refinado não requeria formação especial, situando-se a primeira geração de produtores do jornalismo diário no mesmo patamar cognitivo dos seus leitores.

Mudanças nesse panorama somente viriam a ocorrer na segunda metade do século XVIII, quando a revolução burguesa se alastra, tanto na Europa quanto na América. Melhorando a capacidade intelectual e também aquisitiva de vastos contingentes da população, suas lideranças sentem necessidade de informações atuais, rápidas, resumidas e facilmente compreensíveis. Foi natural que eclodissem demandas para a capacitação de produtores noticiosos sintonizados com as novas aspirações sociais.

Como categoria profissional, os jornalistas somente vão emergir no ápice da fascinante “revolução da impressão” que outrora Marshall McLuhan (1962) rotulou como a Galáxia de Gutenberg (Quintero, 1994).

Iniciativas pioneiras

Em seu panorama sobre a institucionalização social do jornalismo, o norte-americano Raymond Nixon (1963a) aponta as diferenças existentes entre a América e a Europa. As ini-

ciativas pioneiras de formação jornalística nos dois continentes estão distanciadas em pouco mais de meio século.

A primeira experiência europeia data de 1806, tendo sido protagonizada pela Universidade de Breslau, então situada em território alemão. Nos Estados Unidos da América do Norte o primeiro espaço universitário dessa natureza cria-se somente em 1869, no Washington College, na Virgínia.

Além da defasagem temporal, Nixon (1963b) indica um componente diferenciador, de matiz nitidamente educativo, entre os dois blocos geo-culturais. O curso europeu tinha perfil acadêmico, orientando-se no sentido de alavancar uma “ciência da imprensa”. Por sua vez, o curso norte-americano era mais modesto, pretendendo simplesmente “aperfeiçoar tipógrafos”, ou seja, ampliar seu conhecimento no âmbito das artes e das ciências.

Afora esses marcos antecipadores da pujança do novo campo universitário, na verdade o desenvolvimento de programas de ensino de jornalismo vai se dar de forma quase concomitante na Europa e nos Estados Unidos.

Nixon (1963b) registra os principais fatos históricos testemunhados pela Europa. Após a ofensiva alemã do começo do século XIX, a vanguarda passa a ser assumida pela Suíça, onde o professor Karl Bucher profere conferências sobre “ciências da imprensa”, na Universidade de Besle (1884-1890), inspirando, a partir de 1903, um curso permanente na Universidade de Zürich.

Enquanto isso, a França ensaiava os primeiros passos nessa mesma direção, estabelecendo em Paris uma Escola Superior de Jornalismo (1899). Seu fundador, Albert Batailler, busca parceria decisiva com o jornal *Le Figaro*, numa evidência de que a formação profissional dos jornalistas representava uma contingência conjuntural. Sua oportunidade fora, aliás, proclamada pelo V Congresso Internacional da Imprensa, reunido em Lisboa, em 1898.

Nesse encontro, justifica Batailler (Marcos, 1987),

o jornalismo converteu-se numa carreira: é preciso deixar de dizer que a nossa profissão recruta os seus adeptos entre os desenganados de todas as carreiras; para chegar ao recrutamento regular, à renovação normal do pessoal da imprensa, é preciso organizar os quadros de reserva e tornar menos penosos os anos de aprendizagem aos jovens que se sintam com vocação; e para isso é necessário que a educação geral se complete com a educação profissional. 141

O terreno mais fértil permanecia, contudo, na Alemanha, onde Karl D'Esther replica feito semelhante àquele protagonizado dois séculos antes por Tobias Peucer, defendendo em 1907 a sua tese de doutorado sobre jornalismo na Universidade de Münster. Pouco depois, ele seria chamado a dirigir o Instituto de Jornalismo na Universidade de München, convertendo-se, em 1924, no primeiro catedrático alemão de *Zeitungswissenschaft*. Tais ações fizeram reviver os estudos jornalísticos na Universidade de Leipzig, agora sob a liderança de Karl Bucher, que retornara da Suíça, instalando naquela cidade, em 1916, o primeiro instituto universitário de ciência da imprensa. (Nixon, 1963a).

Se tal desenvolvimento se opera de modo tranqüilo na Europa, como fruto de uma consciência corporativa partilhada por lideranças empresariais e trabalhistas, tendência distinta vai ocorrer nos Estados Unidos. A iniciativa pioneira do general Lee, fundador do curso de jornalismo do Washington College, encontra resistências no seio da corporação profissional. O segmento que ingressara na profissão, sem preparação prévia, cultivaria explicitamente um sentimento de “afetado desprezo” pela educação superior (Rizzini, 1953).

Defendendo a tese da inutilidade das escolas de jornalismo, Frederic Hudson, diretor do *The York Herald*, sentenciava: “o único lugar onde alguém pode aprender jornalismo é a redação de um grande jornal”. O discurso representativo dessa corrente foi explicitado pelo escritor John Dillon: “Nós, jornalistas, estamos firmemente convencidos de sermos como os poetas: *born not made*” (Rizzini, 1953).

Caberia a Joseph Pulitzer, diretor da cadeia jornalística liderada pelo *New York World*, dar rumo distinto à contenda, lançando a tese oposta. Ela foi assim resumida por Rizzini (1953):

Pulitzer (...) afirmou ser naturalmente a redação o lugar indispensável à formação profissional do jornalista, como o hospital à do médico e o foro à do advogado. Mas o médico e o advogado não encetam a prática sem passar antes pelos bancos das faculdades. Por que só o jornalista é dispensado de saber a sua teoria ou de saber alguma coisa?

O contexto em que se desenvolve a polêmica norte-americana em torno da validade de se formarem jornalistas nos bancos universitários tem como pano de fundo o sentimento de desconforto da sociedade civil no tocante à exacerbação do sensacionalismo da imprensa. Essa conjuntura foi excepcionalmente resgatada por Orson Welles no magnífico filme *Cidadão Kane* (Emery, 1954; Wainberg, 1997) que está à disposição dos jovens estudantes de comunicação em qualquer locadora de vídeo.

Redimindo-se, em certo sentido, das responsabilidades pelo cultivo do sensacionalismo, até então compartilhado por suas empresas, Joseph Pulitzer lidera a ala dos donos de jornais que se comprometem com a melhor qualificação dos profissionais da notícia, dando-lhes embasamento humanístico. Para tanto, ele anuncia a doação de dois milhões de dólares à universidade que se comprometesse a educar adequadamente os jovens jornalistas. As negociações iniciais foram feitas com a Universidade de Havard, mas não houve entendimento porque o reitor Eliot propôs um currículo que privilegiava os assuntos “técnicos” em detrimento dos “intelectuais”.

Em face disso, Pulitzer resolve expor publicamente suas idéias sobre o ensino de jornalismo, publicando em 1904, na *North American Review*, seu célebre ensaio “The college of journalism”. A tese defendida era a seguinte:

Nada de ensinar tipografia ou gerência, nada de reproduzir com triviais variações o curso de uma escola comercial. Isto não é de âmbito universitário! A idéia é a de trabalhar para a comunidade, e não para o comércio, e não para o indivíduo, mas unicamente para o público. A escola de jornalismo deve ser, no meu conceito, uma escola não-comercial e mesmo anti-comercial. Deve exaltar os princípios, o conhecimento e a cultura às expensas do negócio, se necessário. Deve construir ideais, mantendo a contabilidade no seu lugar, e fazer da alma do jornalista a alma do jornal (Rizzini, 1953).

A polêmica sobre a natureza do ensino de jornalismo incendiou corações e mentes na sociedade norte-americana, há um século, produzindo dois modelos acadêmicos: a “escola de graduação” – implementada em 1908 pela Universidade de Missouri –, e a “escola de pós-graduação” – adotada a partir de

1912 pela Universidade de Columbia (que acabou sendo beneficiária da doação milionária de Pulitzer).

A primeira pretende formar repórteres para a pequena imprensa, tanto assim que criou um jornal-laboratório – *The Daily Missourian* – com circulação diária na comunidade que circundava a cidade universitária, sob a tutela dos seus professores e alunos. A segunda se destina a preparar editores e analistas para a grande imprensa, recrutando estudantes que tivessem formação prévia em outros campos do conhecimento (Marques de Melo, 1973).

Contexto latino-americano

Pouco mais de meio século também vai separar a América Latina das iniciativas pioneiras que, nos Estados Unidos, se destinavam a formar academicamente os profissionais para a mídia impressa. Apesar dessa defasagem temporal, é preciso reconhecer que as nossas elites sempre estiveram antenadas em relação às polêmicas jornalísticas cultivadas pelos centros metropolitanos.

Evidência disso é a difusão precoce das primeiras reflexões européias sobre o fenômeno informativo, propiciadas pelo *Correio Braziliense*, periódico editado em Londres por Hipólito José da Costa, mas que circulou clandestinamente em território luso-brasileiro durante o período 1808-1822. Nas primeiras edições do seu jornal paradigmático, o patrono da imprensa brasileira traduzia artigos sobre a questão da liberdade de imprensa de autoria do teórico alemão Johann Freidrich Benzenberg.

O fluxo dessas idéias procedentes d'alm-mar parece ter sido contínuo durante todo o século XIX, faltando naturalmente desvendar a sua trajetória, tarefa que começa a sensibilizar alguns pesquisadores da nova geração de *scholars* latino-americanos. Exemplo concreto é o de Marialva Barbosa (2000), da Universidade Federal Fluminense, que procurou iluminar o processo de legitimação profissional dos jornalistas no Brasil, através do seu alentado estudo sobre as relações entre imprensa, poder e público na conjuntura transicional entre o século XIX e o século XX.

A pesquisadora brasileira resgata com nitidez o *locus* da formação intelectual daquela geração de jornalistas que fez a

travessia da imprensa “artesanal” para o jornalismo “empresarial” (Werneck Sodré, 1966). Ela descreve abundantemente o papel desempenhado pelas faculdades de direito como celeiro em que as emergentes empresas jornalísticas colhiam jovens intelectuais, vocacionados para o exercício da comunicação pública, habilitando-os a desempenhar funções informativas ou opinativas no interior das próprias redações. Era tamanho o trânsito desses bacharéis entre as “arcadas” e os “jornais” que algumas faculdades cariocas introduzem nos respectivos programas de ensino disciplinas complementares sobre texto, com a finalidade de ampliar as chances dos seus alunos, na disputa por ocupações extra-jurídicas (Barbosa, 2000).

A hegemonia desses “bacharéis” no exercício de funções redacionais os transforma numa espécie de casta dentro das nascentes empresas jornalísticas. Cria-se um antagonismo latente entre os “redatores” e os “repórteres”, figurando estes últimos como segmento subalterno, recrutado nas camadas médias da sociedade, mas carente de formação superior.

Quem percebe com clareza essa contradição, identificando uma espécie de “luta de classes” no interior das redações dos jornais, é o fundador da Associação Brasileira de Imprensa, Gustavo de Lacerda. Sua plataforma para a criação de uma entidade capaz de fortalecer e preservar os interesses dos profissionais da imprensa contempla particularmente as agruras enfrentadas pelos catadores de notícias nas ruas – os repórteres –, contingente a que ele próprio pertencia.

Gustavo de Lacerda foi um visionário, nutrindo idéias políticas que o estigmatizaram no interior da corporação jornalística. De tal monta era o preconceito por ele enfrentado junto aos seus colegas de profissão que sua iniciativa de fundar uma sociedade para a defesa da categoria quase não encontrou eco.

Foi justamente com a intenção de neutralizar o conflito profissional entre os “repórteres”, originários das classes médias, e os “redatores”, recrutados entre os intelectuais que possuíam raízes familiares nas classes superiores (fazendeiros e comerciantes), que Lacerda imagina a sua *Casa do jornalista*, abrigando não apenas um *Clube de repórteres*, mas principalmente uma *Escola de jornalismo*. Esta última tem a finalidade precípua de oferecer oportunidades de crescimento intelectual aos jovens que labutavam

nas ante-salas das repartições públicas ou nos becos e nas periferias urbanas, à cata de fatos noticiáveis, que tomavam forma jornalística através da pena aristocrática dos bacharéis-redatores.

Ele pretendia solucionar o descompasso entre as duas equipes – a do gabinete e a das ruas –, assegurando aos repórteres um lugar onde pudessem crescer educacionalmente. E não se esqueceu de incluir, entre os objetivos da associação fundada no dia 7 de abril de 1908, o compromisso de “habilitar, por meio de título de capacidade intelectual e moral, o pretendente a colocação no jornalismo” (Morel, 1985, p. 23).

Antecipações brasileiras

Gustavo de Lacerda faleceu precocemente, não testemunhando a germinação de suas idéias inovadoras. Ele, contudo, iria comprometer seus companheiros de geração, motivando-os a implementar as teses que partilhavam coletivamente. Essas teses foram fortalecidas, pouco a pouco, eclodindo no projeto de Escola de Jornalismo aprovado pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas, reunido na cidade do Rio de Janeiro, em 1918.

Compulsando os documentos relacionados com aquele evento precursor, Victor de Sá (1955), um dos historiadores do associativismo jornalístico brasileiro, descreve o modelo concebido pelos sucessores de Gustavo de Lacerda:

A Escola de Jornalismo, que não queria ser oficial, que não faria doutores nem bacharéis, mas que se propunha unicamente a propinar a seus alunos o ensino das matérias julgadas essenciais à prática da profissão, cuidando da cabeça e das mãos dos estudantes, com a teoria da ciência necessária e a prática das artes de gravar. Ao lado do programa das aulas do curso teórico propriamente dito, a Escola ministraria o ensino prático. Seria, então, fundado o *jornal* para os alunos e na redação e nas oficinas dessa folha iriam os estudantes desenvolver praticamente a sua força na sintaxe e na ortografia da língua. O *jornal* seria a escola de aplicação, onde os alunos completariam os seus estudos, redigindo reportagens, que poderiam ser mundanas, artísticas, policiais ou sociais, escrevendo artigos de política e finanças, com orientação própria ou ditada pelo professor, fazendo crítica de música, pintura, teatro e letras, conforme o adiantamento no Curso regular da Escola.

Qual a inspiração educacional dos autores daquele projeto? Eles estavam embasados em “idéias colhidas nas organizações norte-americanas”.

Revisando cuidadosamente as fontes intelectuais brasileiras a respeito da formação dos jornalistas, percebe-se que a nossa vanguarda se manteve sintonizada não apenas com os modelos norte-americanos, mas também acompanhou o desenvolvimento dos padrões europeus do ensino de jornalismo.

Pioneirismo argentino

Tentativas semelhantes àquela ocorrida no Brasil, sob a égide da principal instituição corporativa dos jornalistas, certamente foram feitas em outros países da América Latina. Mas o fato é que o pioneirismo latino-americano na criação de cursos superiores de jornalismo sem dúvida coube à Argentina.

A idéia de criar uma Escola de Jornalismo foi lançada em 1901, durante o I Congresso da Imprensa Nacional, por estadistas do porte de Estanislao S. Zeballos e Manuel Carlés, apoiados pelos diretores dos principais jornais de Buenos Aires – *La Prensa* e *La Nación* (Valmaggia, 1958). Tal como iria acontecer com o projeto brasileiro, já referido, a iniciativa argentina permaneceu letra morta durante três décadas.

Tanto num país como noutro as condições peculiares ao cenário sócio-cultural ainda não se mostravam favoráveis a inovações dessa natureza. Elas foram antecipadas por intelectuais vanguardistas, sem que as instituições existentes lhes atribuissem legitimidade pública. Os fatores capazes de transformar as idéias em fatos concretos são aqueles resultantes da diversificação das indústrias culturais, alterando as rotinas produtivas e demandando profissionais capacitados para o exercício dos novos ofícios midiáticos. Isso somente viria a ocorrer no início da década de 1930.

A ofensiva argentina tornou-se emblemática, mobilizando diferentes atores da sociedade civil, notadamente as entidades gremiais e a Igreja Católica.

O deslanchar do processo coube ao Círculo de Jornalistas da Província de Buenos Aires, que celebra convênio com a Universidade Nacional de La Plata, em setembro de 1933, para ministrar “cursos e conferências de formação e aperfeiçoamento

destinados aos jornalistas”. Deste acordo com a universidade pública nasceu a Escola Argentina de Jornalismo, inaugurada em 27 de abril de 1934, oferecendo cursos ministrados por eminentes jornalistas e humanistas, entre eles Manuel Eliçabe, Arturo Capdevila, Pedro Enrique Ureña, José Maria Ots, José Oría e Manuel Pinto (Santamaría, 1947).

Quase simultaneamente, cria-se na cidade de Buenos Aires uma escola de jornalismo de inspiração católica, por iniciativa do abade Zacarias de Vizcarra. Inaugurada no dia 25 de maio de 1934, sob a denominação de Instituto Grafotécnico, essa instituição contaria com o respaldo da Obra de São Paulo, vindo a ser posteriormente reconhecida pelo Ministério da Educação, como parte de um complexo de ensino superior que inclui escolas de literatura, cinema e teatro (Valmaggia, 1958).

Trata-se, portanto, das duas escolas pioneiras da América Latina: a de La Plata, organizada segundo os padrões acadêmicos vigentes na época⁴, e a de Buenos Aires, caracterizando-se como modelo nitidamente profissional.

A terceira escola implanta-se na cidade do Rio de Janeiro, integrada à Universidade do Distrito Federal, sob a égide intelectual do jornalista Costa Rego, então redator-chefe do jornal *Correio da Manhã*. Desafortunadamente, a primeira escola brasileira teve duração efêmera, funcionando apenas de 1935 a 1939. Ela desapareceu com a própria universidade que a abrigava academicamente, extinta pela ditadura de Getúlio Vargas, no auge do movimento autoritário que marcou aquela conjuntura da vida política brasileira. (Marques de Melo, 2003b). Somente em 1947, no auge da redemocratização nacional, que coincidiu com o fim da Segunda Grande Guerra, o Brasil teria sua primeira escola permanente de jornalismo, mantida pela Fundação Cásper

4. Durante vinte anos, a Escuela Argentina de Periodismo se manteve como instituição “agregada” à Universidade Nacional de La Plata. Somente em 1954, o Conselho Universitário da UNLP aprovou a criação de sua Escuela de Periodismo, que foi constituída pela “incorporação” do acervo da primitiva escola mantida em convênio com o Círculo de Periodismo de la Provincia de Buenos Aires, assumindo o perfil de escola “profissional”. Somente em 1964, ela se converte em escola “superior”, passando finalmente ao *status* de “faculdade” em 1994 (Guillermo y Vestfrid, 2004).

Líbero, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ainda na década de 1930, cria-se no México uma escola destinada a abrir as portas da atividade jornalística às mulheres. Ela foi instituída em 1936 pela Universidade Feminina do México (Valmaggia, 1958). Contudo, seu impacto foi neutralizado pela hegemonia masculina então predominante na sociedade mexicana. Como explica Baldivia (1981), o “peso e prestígio” dessa escola “nunca foram importantes”, pois “o jornalismo era visto naqueles anos como uma profissão facultada apenas a varões agressivos, com iniciativa e faro”, sendo inconcebível o “reconhecimento profissional de jornalistas diplomadas por uma universidade feminina privada”.

Depois de Argentina, Brasil e México, a educação superior dos jornalistas começa a ser desenvolvida em Cuba (1942), Equador e Peru (1945), Chile e Venezuela (1947), Colômbia (1949). Os demais países latino-americanos somente ingressariam nesse território na segunda metade do século.

Expansão e ampliação

Verificou-se, nas últimas cinco décadas, um crescimento acelerado nesse campo universitário. No início dos anos 1950, já existiam treze instituições dedicadas à formação de jornalistas. Esse número mais do que triplica, perfazendo o total de 44 escolas em 1960. Em tal conjuntura, que reflete a sedimentação das indústrias midiáticas na região, as pioneiras escolas de jornalismo são ampliadas para constituir faculdades de comunicação social. Essas novas instituições passam a abrigar também as novas carreiras de publicidade, relações públicas, cinema, rádio, televisão, editoração etc. A partir de então, o número de universidades que oferecem estudos comunicacionais cresce duas vezes em cada década: em 1970, já existiam 81; e em 1980 registrava-se o total de 163 (Nixon, 1981).

No final do século passado, as carreiras de comunicação, em todo o subcontinente sul-americano, aproximavam-se do milhar. Metade desses cursos localiza-se em território brasileiro. Em 2001, o Brasil registrava o funcionamento de 525 carreiras de graduação, sendo 40% de publicidade, 35% de jornalismo, 14% de audiovisual (rádio, televisão, cinema e

vídeo), 8% de relações públicas e 3% de produção editorial/cultural (Caldas, 2003).

Mas o sistema educacional não se limita à formação profissionalizante, em nível de graduação, incluindo, a partir dos anos 1960, programas de pós-graduação. Estes passaram a diplomar mestres e doutores, vocacionados tanto para o exercício da docência universitária quanto para as tarefas de investigação científica, valorizadas pouco a pouco.

Se durante as décadas de 1940, 1950 e 1960 as nossas instituições de ensino superior recrutam docentes para as carreiras de comunicação no mundo do trabalho, valorizando o potencial acadêmico daqueles profissionais experientes que tivessem capacidade de reflexão sobre os ofícios praticados, nas três últimas décadas vem prevalecendo o fluxo *interna corporis*. Os jovens professores de comunicação são geralmente os egressos das próprias carreiras em que estudaram, muitos deles habilitados à docência através de cursos de pós-graduação.

Como consequência, foi-se instituindo uma espécie de “gueto acadêmico”, representando o distanciamento das nossas escolas de comunicação em relação às demandas do mercado de trabalho. É verdade que vários docentes tiveram prévias experiências em organizações comunicacionais, públicas ou privadas, como profissionais ou estagiários. Dispunham-se naturalmente a regressar à academia para socializar o conhecimento acumulado na prática e as reflexões teóricas geradas no embate entre o saber e o fazer. Mas é também verdade que vem se impondo, em muitos países, o recrutamento puro e simples de novos professores no exército de reserva dos recém-formados. Estes geralmente reproduzem em sala de aula conteúdos assimilados de forma abstrata, sem a preocupação de confrontá-los com a realidade cotidiana dos ofícios midiáticos, em constante mudança e transformação.

Tal deficiência cognitiva poderia ser compensada se os novos professores tivessem a chance de vislumbrar o universo comunicacional onde deverão atuar seus educandos, através de estudos e pesquisas prescritos nos programas de pós-graduação em que devem compulsoriamente se engajar para adquirir titulação reconhecida. Contudo, a maioria se vem frustrando na expectativa de recuperar o horizonte perdido, pois os programas de mestrado

e doutorado da nossa área de conhecimento, com raras exceções, estão impregnados por uma lógica extra-comunicacional, quando não anti-comunicacional. Isso decorre do reboquismo teórico e metodológico neles imperante, subordinando-se à agenda acadêmica das ciências sociais, campo em torno do qual temos gravitado acriticamente nos últimos decênios.

Venho insistindo nessa problemática, ao longo das minhas intervenções nos congressos latino-americanos de comunicação, compartilhando as angústias acumuladas no diálogo com as novas gerações, que demonstram fascínio pelo *façer* midiático, mas que se revelam descontentes em face do antagonismo ou do descompasso que identificam no *saber* midiático disseminado pela academia.

Se volto a bater nessa tecla, ao ter o privilégio de falar neste congresso que celebra os setenta anos da nossa trajetória como segmento universitário, é justamente pela expectativa de superação dos impasses que nos atrapalham e nos fazem patinar em terreno pantanoso.

Não vejo alternativa senão nos debruçarmos sobre o ideário daqueles que construíram o nosso campo, ao longo do século XX, nutrindo projetos utópicos, que foram sendo mutilados por conjunturas desfavoráveis, mas que permanecem válidos, podendo ser revigorados em função das demandas dos tempos presentes, arejados pela democracia.

Mística latino-americana

A nossa trajetória começou quando a América Latina ingressava na “sociedade midiática”. As sociedades nacionais demandavam tecnologias, conhecimentos e recursos humanos capazes de alavancar processos eficazes de modernização.

O que representou a modernização operada pelas indústrias midiáticas da região? Ela foi moldada pela matriz que nos abasteceu culturalmente durante o século XX, ou seja, os Estados Unidos da América, da mesma forma que, no primeiro século como nações independentes, fomos alimentados pelos padrões culturais da Europa.

Frente a essa dependência cultural que historicamente nutrimos em relação aos centros metropolitanos, os fundadores daquela diáspora intelectual que denomino Escola Latino-Americana de Comunicação – especialmente figuras em-

blemáticas como Antonio Pasquali, Paulo Freire, Luis Ramiro Beltrán, Roque Faraone, Mario Kaplún ou Rafael Roncagliolo – teceram um corpo teórico enraizado no sincretismo das nossas tradições populares e na mestiçagem peculiar às nossas identidades nacionais.

Esse inovador e original pensamento latino-americano, que mobilizou os corações e as mentes da nossa juventude nos chamados “anos de chumbo”, ou seja, durante a resistência aos governos autoritários que sacrificaram duramente os nossos países, parece estar perdendo a sua vigência intelectual, em anos recentes. Ele vem sendo descartado como anacronismo ou escamoteado de forma sutil por vanguardas intelectuais que ingenuamente se proclamam “globalizadas”, embora não passem de réplicas pós-modernas das lideranças “colonizadas” que povoaram as nossas academias no início do século passado e por isso mesmo foram sepultadas pela história.

Quando muito o pensamento comunicacional latino-americano habita as nossas universidades como objeto de natureza arqueológica, dissecado por acadêmicos *yuppies*, amalgamados pelo sentimento reboquista daqueles que passaram por processos de lavagem cerebral em Nova Iorque, Paris, Londres ou Berlim. Ou são desqualificados como “lixo histórico” pelos que mimetizam conceitos *high tech* e reciclam teorias *demodées*, atuando como correias de transmissão de uma espécie de *franchise* salvacionista.

Há naturalmente as saudáveis exceções, aqueles que, a exemplo de Martí, Mariátegui ou Darcy Ribeiro, sabem dialogar criticamente com as vanguardas d’além-mar, sem perder o entusiasmo pelas nossas identidades culturais. Esse punhado permanece consciente de que temos uma tradição autóctone, marcada pela capacidade coletiva dos nossos povos de se atualizarem historicamente sem renunciar ao *ethos* latino-americano.

A propósito das quimeras acalentadas pela Escola Latino-Americana de Comunicação não posso deixar de endossar as palavras recentemente proferidas por Luis Ramiro Beltrán num colóquio promovido, em março de 2004, na cidade de La Paz, pela Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación. Beltrán se dirigiu fundamentalmente aos jovens que aspiram a um lugar ao sol na engrenagem midiática. E, ao reproduzir seu discurso, nesta ocasião, quero suscitar a atenção desta nova safra

de pesquisadores, na qual a nossa geração – os “ex-combatentes” das batalhas travadas durante os “conturbados anos 1970” – deposita todas as suas ilusões e esperanças. Repito solenemente o discurso de Beltrán:

“Desde o dia em que Pasquali deu à luz seu primeiro texto seminal (...), até hoje, passaram-se quarenta anos, período em que uma rebelde minoria estudiosa começou a tentar o impossível: conseguir que a comunicação servisse para ajudar a transformar profundamente a arcaica, injusta e autocrática sociedade latino-americana. É a história dessa insurgência quimérica de alguns jovens pesquisadores comprometidos com a justiça, que tenho tentado esboçar para vocês. (...)”

“É uma honra, para mim, ter feito parte dessa apaixonada vanguarda crítica que, enamorada da utopia, teve a coragem de denunciar que era impossível atingir o desenvolvimento humano, equitativo e realmente democrático, devido à dependência externa e à dominação interna. Ela também teve a audácia de protestar contra os papéis que a comunicação foi levada a desempenhar para perpetuar essa situação e, além do mais, propor a correção dessa conduta. E até teve a irreverência de questionar a pesquisa sobre comunicação – cegamente de acordo com os modelos estrangeiros – por achar que contribuía à vigência do *status quo*. “Desafortunadamente, esse insólito impulso transformador conseguiu muito pouco e não durou muito. No início do ano 1980, as reações internacional, empresarial e política tinham conseguido descartar as reformas propostas e os movimentos renovadores viram diminuir parte da sua energia. O Terceiro Mundo, em geral, perdeu as batalhas pela configuração de uma nova ordem internacional da economia e de uma nova ordem internacional da informação.”

“Na América Latina se avançou no fomento de formatos de comunicação alternativa, mas somente os governos da Venezuela, Peru e México tentaram formular as políticas nacionais de comunicação acordadas em 1976, e essas três tentativas foram sufocadas pela poderosa oposição empresarial internacional. Enquanto a globalização irrompia de forma incontida na cena mundial, a moderna tecnologia forjava novos sistemas de

comunicação social muito eficazes e muito menos susceptíveis à normatividade, que anunciavam a chegada triunfal da sociedade da informação. E, claro, tudo isso prometia o desenvolvimento humano, universal e democrático da arcádia neoliberal.

“Após quase um quarto de século, qual é a situação da América Latina? (...)”

“Posto que a situação atualmente não só não melhorou em comparação aos anos 1970, mas piorou muito, é possível que não haja comunicadores que se sintam chamados a questionar essa situação e que sonhem pelo menos em aliviá-la? Poderá ser certo, universal e definitivo que a maioria dos comunicólogos de hoje não se sintam responsáveis em criticar o sistema de comunicação nem, ao menos, em questionar a sociedade ultraconsevadora e falsamente democrática que esse sistema contém e mantém? Podem os jovens se desinteressar assim da desventura do povo, evitar a verdade lacerante, ser indolentes e complacentes?”

Termino com esse questionamento explícito, emotivo e contundente de um dos próceres da Escola Latino-Americana de Comunicação, desejando que ele inspire a nova geração que está assumindo a vanguarda da nossa comunidade acadêmica. Cabe a ela retomar aquelas bandeiras de luta, num momento tão crucial, ou seja, quando vilumbramos, em plano internacional, a pretendida “sociedade do conhecimento”.

Que esta nova sociedade seja menos excludente do que foi a “sociedade midiática” com a qual a universidade latino-americana se defrontou há setenta anos, abrindo suas portas ao ensino de jornalismo e comunicação! E para lograr essa meta torna-se indispensável formar agentes midiáticos que tenham a responsabilidade de educar os cidadãos incultos. E também fazer pesquisas capazes de reduzir os desníveis cognitivos das massas carentes de saber, preservando naturalmente o legado cultural das nossas populações ancestrais.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Dunshee. *A Fundação Gustavo de Lacerda: reminiscências dos primeiros dias da Associação Brasileira de Imprensa*. Rio de Janeiro: Rodrigues & Cia., 1938.

- BALDIVIA, José. La formación de los periodistas em México. In: CEESTEM-
La formación de los periodistas en América Latina. México: Nueva Imagen, 1981.
- BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. A luta pela democracia na comunicação latino-americana: memória mínima de um ex-combatente dos conturbados anos 70. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, vol. XXVII, n. 1, p. 41-57, 2004.
- CALDAS, Graça. Ensino de comunicação no Brasil: panorama e perspectivas. In: PERUZZO, Círcia M.Krohling e SILVA, Robson Bastos da (orgs.). *Retrato do ensino em comunicação no Brasil*. Taubaté (SP): Unitau, 2003. Coleção Intercom de Comunicação, vol. 16.
- EMERY, Edwin. *The press and America*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, Inc., 1954. (Tradução brasileira: *História da imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Lidaador, 1965. Cf. capítulo 19 – O jornalismo sensacionalista, p. 447-482).
- GUILLERMO, Guadalupe y VESTFRID, Pamela. Los setenta años de la Facultad de Periodismo y Comunicación Social de la Universidad Nacional de La Plata. *Oficios Terrestres*, n. 15/16, p. 195-203, 2004.
- MARCOS, Luis Humberto. Portugal, primeiro a inovar, último a formar. *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo: Intercom, n. 57, p. 115-118, 1987.
- MARQUES DE MELO, José. Pós-graduação nos Estados Unidos: experiências aplicáveis às escolas de jornalismo e comunicação da América Latina. *Revista da Abepec*, n. 2, p. 11-36, 1973.
- _____. *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*, São Paulo: Paulinas, 1974.
- _____. Opinião pública: de Homero a Marx e de Gallup a Lazarsfeld. In: *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. Descompasso histórico. In: *Jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2003a.
- _____. *História do Pensamento Comunicacional*. São Paulo: Paulus, 2003b.
- _____. *A esfinge midiática*. São Paulo: Paulus, 2004.
- McLUHAN, Marshall. *The Gutenberg Galaxy: the making of the typographic man*. Toronto: University of Toronto Press, 1962. (Tradução brasileira: *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Nacional, 1972).

- MOREL, Edmar. *Trincheira da liberdade: história da ABI*. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- NIXON, Raymond. *Education for journalism in Latin America*. Minneapolis: Minnesota Journalism Center, 1981.
- _____. *Análisis sobre periodismo*. Quito: Ciespal, 1963a.
- _____. *Investigaciones sobre comunicación colectiva*, Quito: Ciespal, 1963b.
- PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. [Leipzig, 1690]. Trad. de Paulo da Rocha Dias. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, n. 33, 1o. sem. 2000.
- QUINTERO, Alejandro P. A revolução da impressão. In: *História da Imprensa*. Lisboa: Planeta Editora1, 1994.
- RIZZINI, Carlos. *O ensino de jornalismo*, Rio de Janeiro, MEC, 1953.
- _____. *História da Imprensa*, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, 1964.
- _____. *Jornalismo antes da tipografia*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- SANTAMARÍA, Clemente. *Manual de periodismo*. Buenos Aires: Editorial Pan Americana, 1947.
- SCHULZE, Ingrid. A imprensa na Alemanha In: QUINTERO, Alejandro P. *História da imprensa*. Lisboa: Planeta Editora, 1994.
- SÁ, Victor de. *Um repórter na ABI*: Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955.
- SEGISMUNDO, Fernando. *Imprensa brasileira: vultos e problemas*. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1962.
- VALMAGGIA, Juan. *Amérique Latine: la formation des journalistes*. Paris: Unesco, 1958.
- WAINBERG, Jacques. *O império das palavras: estudo comparado dos Diários Associados de Assis Chateaubriand e Hearst Corporation, de William Handolph Hearst*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.
- WERNECK SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.